

DELIBERAÇÃO E FELICIDADE EM ÉTICA A NICOMACO DE ARISTÓTELES

DELIBERATION AND HAPPINESS ACCORDING TO ARISTOTLE'S NICOMACHEAN ETHICS

Anne Jackeline Correa da Costa Martins¹

RESUMO: Neste artigo busca-se demonstrar como a deliberação influencia uma vida feliz de acordo com a obra *Ética a Nicomaco* de Aristóteles, para isso, necessário foi investigar a compreensão do filósofo sobre felicidade, alma humana e suas respectivas partes, identificando em qual delas a deliberação ocorre, para somente então demonstrar do que ela se trata, e como ela contribui para uma vida feliz. Ato contínuo, conclui-se que a deliberação constitui uma capacidade humana importante, presente na parte racional calculativa da alma, através da qual o homem investiga, analisa, calcula acerca de coisas que dependem dele e que são possíveis de serem feitas por ele, coisas que podem ser realizadas por seus esforços, mas nem sempre da mesma maneira e cujo resultado pode sofrer variações. Por último, constata-se que ao homem que delibera é mister que busque ponderar as diferentes alternativas ao seu dispor, assim como avaliar os prós e os contras de sua possível decisão do melhor modo, a fim de alcançar a excelência deliberativa moral e conseqüentemente a felicidade.

1187

Palavras-chaves: Deliberação. Felicidade. Virtude. Aristóteles.

ABSTRACT: This article seeks to demonstrate how deliberation influences a happy life according to Aristotle's *Nicomachean Ethics*. To do this, it was necessary to investigate the philosopher's understanding of happiness, the human soul and its respective parts, identifying in which of them deliberation occurs, and only then demonstrate what it is, and how it contributes to a happy life. It is then concluded that deliberation is an important human capacity, present in the rational calculative part of the soul, through which man calculates, investigates, about things that can be done by him, things that although they happen in the same way, their outcome can vary, occurring in different ways. Finally, it can be seen that the man who deliberates must seek to weigh up the different alternatives available to him, as well as evaluate the pros and cons of his possible decision in the best way, in order to achieve moral deliberative excellence and consequently happiness.

Keywords: Deliberation. Happiness. Virtue. Aristotle.

¹Mestranda em Filosofia - Unesp — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".

INTRODUÇÃO

Para Aristóteles, há uma causa final (*telos*) para tudo, o mundo, a natureza, os seres, tudo existe com uma finalidade, um propósito, uma função². Assim, todo homem possui também uma função e um fim e, em sua ética, a função³ do homem consiste em exercer bem a sua atividade humana, ou seja, praticar ações virtuosas com vistas à felicidade, que é o fim maior a ser alcançado por suas ações.

Para compreender essas ações humanas, bem como a felicidade que, para Aristóteles, consiste em uma atividade da alma, foi necessário ao filósofo examinar a alma dos seres, o que lhe permitiu constatar que ela possui diferentes aspectos, partes⁴ e subpartes, assim, a alma foi por ele dividida em racional e irracional⁵, sendo a racional subdividida em científica e calculativa, e a irracional em desiderativa⁶ e vegetativa⁷. Após essa divisão, Aristóteles notou que existem funções que o ser humano possui que são comuns⁸ a todos os seres vivos (animais, plantas, humanos), sendo, por exemplo, na parte irracional vegetativa da alma, um ponto em comum que o ser humano e demais animais têm com as plantas é a capacidade de se alimentarem e crescerem. Na parte irracional desiderativa, notou-se, em comum entre o ser humano e demais animais, a capacidade de percepção. Já no que tange à parte racional, subdividida em científica e calculativa, observou-se que esta parte da alma diferencia os seres humanos totalmente dos demais seres viventes, haja vista que somente o homem possui capacidade de exercer a razão.

Aristóteles pôde verificar como se dá a atuação da parte racional da alma sobre a parte irracional, constatou que na parte racional estão presentes as virtudes intelectuais e na parte irracional as virtudes morais. Enquanto na parte racional da alma na subparte calculativa, cabe deliberar com base na sabedoria prática acumulada pelo tempo, pela experiência⁹ sobre coisas que o homem pode realizar por seus esforços, analisando as alternativas ao seu dispor de maneira prudente. Cabe à parte

² ARISTÓTELES, *EN* 1094a 5-10

³ ARISTÓTELES, *EN* 1098a 10

⁴ ARISTÓTELES, *DE ANIMA*, 413b1

⁵ ARISTÓTELES, *EN* 1102a 29

⁶ ARISTÓTELES, *EN* 1102 b30 e *DE ANIMA* 414a29

⁷ ARISTÓTELES, *EN* 1102b 1-13

⁸ ARISTÓTELES, *EN* 1098a

⁹ ARISTÓTELES, *EN* 1142a 10-17

irracional da alma na subparte desiderativa, encontrar o justo meio, acatando ou não o que a razão aponta como verdade, como prudente.

A ética exige o bom desempenho da capacidade racional humana em consonância com o bom desempenho da capacidade irracional desiderativa, tanto na vida pessoal, quanto na vida coletiva, a fim de se alcançar a felicidade, pois ao homem cabe não apenas conhecer a virtude, como praticá-la, ou seja, o agente além de ter conhecimento da virtude, deve fazer um bom uso dessa capacidade de calcular, deliberar, escolher, o que lhe permite agir prudentemente, como deve fazer bom uso de sua capacidade desiderativa de encontrar o justo meio entre o que é excessivo e o que é carente, no que tange suas ações, emoções, paixões e desejos.

A deliberação, presente nessa parte calculativa, representa uma capacidade humana importante sem a qual não há que se falar em felicidade, o homem deve bem deliberar, bem exercer essa sua capacidade calculativa para bem viver, para viver em sociedade. É a operação conjunta da parte racional deliberativa com a parte irracional desiderativa da alma que dão origem às suas ações, onde a parte desiderativa, que está relacionada às disposições de caráter e às paixões, principia a ação, e a parte deliberativa, que está ligada à razão prática e às coisas sobre as quais se calcula, delibera e se escolhe, modera e controla a ação. Juntas, ambas as partes, possibilitam o pleno desempenho da função humana através da exteriorização social de suas virtudes de caráter e intelectuais, bem como, o alcance da felicidade.

1. A felicidade como fim das ações humanas

Conforme expresso, para Aristóteles, a causa final (*telos*) está relacionada com um fim, pois tudo na natureza em Aristóteles tem uma finalidade, um propósito, assim como o homem também existe com uma finalidade, uma função, consistindo ela em exercer bem a sua atividade humana¹⁰, sendo a virtude uma disposição através da qual ele bem desempenha essa função, com vistas ao fim último e supremo, que é a felicidade. Essa felicidade, de acordo com o filósofo, consiste em ter um estilo de vida

¹⁰ ARISTÓTELES, *EN* 1098a 10-14

contemplativo¹¹, onde a “atividade da alma está em conformidade com a virtude perfeita”¹².

Neste artigo, não procurarei defender este ou aquele ponto de vista sobre as intenções de Aristóteles ao falar da felicidade, mas tão somente ressaltarei às palavras do filósofo de acordo com o texto *Ética a Nicomaco* e, no que tange à deliberação, compreender como ela contribui para a vida feliz defendida por ele.

O que se nota do início de sua investigação, conclusa apenas ao final, no livro X, o estilo de vida feliz para Aristóteles é o contemplativo, e a felicidade consiste na atividade da alma em conformidade com a virtude perfeita. Ao que parece, felicidade sem virtude inexistente, e essa mesma virtude deve ser perfeita, ou seja, ambas as partes da alma (calculativa e desiderativa) devem operar conjuntamente, onde cada uma delas atua em seu melhor estado.

Mas em que consiste essa atividade da alma? Como ela ocorre? Como foi o caminho percorrido por Aristóteles até chegar a seu entendimento de felicidade? Primeiramente ele observou que o conceito de felicidade não era unânime entre os seres humanos, em razão de que cada um a considera sob um aspecto diferente. Segundo o filósofo, alguns a associam com a posse de bens, outros, com a honra, outros com o prazer, com a saúde, com todas essas coisas juntas ou até com algumas delas combinadas entre si, tal como ocorre ainda hoje.

Em seu estudo, ele destacou alguns tipos de vida feliz que os homens consideram, sendo elas: a vida dos gozos ou dos prazeres, a vida política, e por último, a vida especulativa (também chamada de contemplativa)¹³ e, após falar um pouco de cada uma delas, registrou sua concordância com os adeptos ao último estilo de vida, qual seja, o contemplativo.

Ao falar da vida dos gozos, Aristóteles destacou que os homens do tipo vulgar que identificam a felicidade com o prazer, amam a vida dos gozos, vivem uma vida bestial, escravos de suas vontades, e são pessoas que obedecem mais aos seus instintos irracionais, seus desejos, do que a própria razão. Da continuidade de sua investigação,

¹¹ ARISTÓTELES, *EN* 1100a 5

¹² ARISTÓTELES, *EN* 1098a 15

¹³ ARISTÓTELES, *EN* 1095b 15-20

pode-se observar ainda que são homens do tipo acráticos, sem moderação, sem virtude, não podendo, portanto, serem chamados de felizes.

Charles Reeve, ao explicar a necessidade de se agir de acordo com a razão, mencionou um exemplo de uma pessoa optante por seus prazeres, o qual fazemos uso para visualizar o estilo de vida mencionado pelo filósofo:

[...] suponhamos que ela não tenha a virtude da temperança, de modo que o seu apetite por coisas como comida, bebida ou sexo não esteja em uma mediania. Então, sua fome por comidas gordurosas, nada saudáveis, como um Big Mac, pode ser mais forte do que o desejo pela carne de ave leve e saudável. Se assim for, ela sucumbirá à akrasia e não agirá como deve.”¹⁴

No exemplo dado pelo autor, assim como no caso de quem vive um estilo de vida dos gozos, percebe-se a ausência de concordância entre a parte racional da alma e a parte irracional, concordância sem a qual, a virtude inexistente, quem dirá virtude perfeita, pois o desejo presente na parte irracional ao invés de ouvir a verdade da parte racional e acatá-la, pelo contrário, ignora-a ou se opõe a ela. Para Aristóteles, os amantes dos prazeres não podem ser chamados de felizes, visto que firmam suas vidas em um estado da alma, estado este transitório que lhe pode ser facilmente tomado, bem como ocorre com a honra. Em seu entender:

Com efeito, o prazer é um estado da alma, e para cada homem é agradável aquilo que ele ama: não só um cavalo ao amigo de cavalos e um espetáculo ao amador de espetáculos, mas também os atos justos ao amante da justiça e, em geral, os atos virtuosos aos amantes da virtude. Ora, na maioria dos homens os prazeres estão em conflito uns com os outros porque não são aprazíveis por natureza, mas os amantes do que é nobre se comprazem em coisas que tem aquela qualidade; tal é o caso dos atos virtuosos, que não apenas são aprazíveis a esses homens, mas em si mesmos e por sua própria natureza. Em consequência, a vida deles não necessita do prazer como uma espécie de encanto adventício, mas possui o prazer em si mesma.” (ARISTÓTELES, 1973, 1099a10-15)

Ao se referir àqueles que estimam a vida política, o filósofo mencionou que geralmente são pessoas de grande refinamento e índole ativa que identificam a felicidade com a honra, pois, para ele, esta é a finalidade da vida política, e o homem que se dedica a ela busca ser honrado por pessoas que julgam ser virtuosas, daí porque Aristóteles fez constar que se pode supor que é a virtude e não a honra a finalidade da vida política¹⁵, porque o indivíduo, apesar de almejar a honra explicitamente, almeja recebê-la de uma pessoa dotada de sabedoria prática (de virtude), ou seja,

¹⁴ REEVE. C.D.C. 2009, p. 191

¹⁵ ARISTÓTELES, *EN* 1095b 25

implicitamente, o indivíduo que busca a honra busca também a virtude, mesmo que ele não tenha tomado consciência disso.

Para Aristóteles a vida política é incompleta para ser considerada como o tipo de vida feliz, mesmo porque, nota-se nela certa fragilidade e insegurança, vez que a dependência pessoal impossibilita sua plenitude, pois a honra acaba não dependendo daquele que a busca, mas sim daquele que a concede.

Em suas palavras:

Pois a honra é, em suma, a finalidade da vida política. No entanto, afigura-se demasiado superficial para ser aquela que buscamos, visto que depende mais de quem a confere que de quem a recebe, enquanto o bem nos parece ser algo próprio de um homem e que dificilmente lhe poderia ser arrebatado. Dir-se-ia, além disso, que os homens buscam a honra para convencerem-se a si mesmos de que são bons....” (Aristóteles, 1973, 1095b 25)

Aristóteles, apesar de ter notado essa superficialidade nesse tipo de vida, compreende que o objetivo dela é o melhor dos fins, haja vista tratar-se política como uma ciência que se dedica a fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações¹⁶, daí porque ele haver concluído que o governante deve estudar a alma¹⁷ humana e as virtudes¹⁸, pois sem tal compreensão, sua governança está fadada ao fracasso.

Já em relação aos adeptos de uma vida contemplativa, relativa à atividade do intelecto, o Estagirita entendeu que é de todas, a mais feliz, “a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa.” (ARISTÓTELES, 1973, 1177 a 15), isso porque, segundo ele:

Em primeiro lugar, essa atividade é a melhor (pois não só é a razão a melhor coisa que existe em nós, como os objetos da razão são os melhores dentre os objetos cognoscíveis); e, em segundo lugar, é a mais contínua, já que a contemplação da verdade pode ser mais contínua do que qualquer outra atividade.” (ARISTÓTELES, 1973, 1177a 20).

Para o filósofo, aqueles quem amam a vida da contemplação, da atividade da alma, amam a razão e dedicam-se a ela, ao seu bom uso, ao seu aperfeiçoamento através das virtudes, sendo considerados felizes, mesmo porque, a razão não constitui um estado transitório, mas sim, uma capacidade permanente e inerente ao ser humano, e sendo a felicidade uma atividade da alma, ela também é considerada como permanente, e que não muda com facilidade¹⁹. Nessa esteira, ao final do capítulo dez do livro um Aristóteles comentou que:

¹⁶ ARISTÓTELES, EN 1099b 30

¹⁷ ARISTÓTELES, EN 1102a 25

¹⁸ ARISTÓTELES, EN 1102a 10

¹⁹ ARISTÓTELES, EN 1100b 35

[...] nenhuma função humana desfruta de tanta permanência como as atividades virtuosas, que são consideradas mais duráveis do que o próprio conhecimento das ciências. E as mais valiosas dentre elas são mais duráveis, porque os homens felizes de bom grado e com muita constância lhes dedicam os dias de sua vida; e esta parece ser a razão pela qual sempre nos lembramos deles. O atributo em apreço pertencerá, pois, ao homem feliz, que o será durante a vida inteira; porque sempre, ou de preferência a qualquer outra coisa, estará empenhado na ação ou na contemplação virtuosa, e suportará as vicissitudes da vida com a maior nobreza e decoro, se é “verdadeiramente bom” e “honesto acima de toda censura”. (ARISTÓTELES, 1973, 1100b20)

2 – Divisão da alma e as Virtudes Intelectuais e Morais

Em relação à alma e suas partes, responder-se-á agora o questionamento do capítulo anterior, o que ela é? E como ocorre essa divisão? Dizendo também em que consiste a virtude. Para Aristóteles, a alma é a substância por meio da qual se vive, se percebe e se raciocina²⁰. Ela é a causa do corpo que vive. Conforme já dito no início, o filósofo dividiu a alma do homem em duas partes, a primeira é a racional, relacionada com as virtudes intelectuais, e a segunda, é a irracional, relacionada com as virtudes do caráter. Após essa divisão, ele subdividiu cada uma delas em outras duas partes, sendo a racional, subdividida em científica e deliberativa, e a irracional, em desiderativa e vegetativa.

1193

Para Aristóteles, então, a alma humana possui diferentes aspectos e partes e, embora ela seja comum a todos os seres vivos, ela não é exatamente igual para todos. Enquanto os animais em geral seguem seus instintos e apetites de forma irracional, ao homem é dada uma capacidade superior e diferenciada de exercer a razão.

Tendo em vista este estudo pertencer ao domínio ético, falar-se-á apenas das partes: racional deliberativa e da irracional desiderativa, isto porque a parte irracional vegetativa é própria ao tratado biológico, e a racional científica, ao conhecimento das coisas que são invariáveis e imutáveis por nossos esforços, como a matemática e a física, por exemplo. Neste artigo, abordar-se-á as coisas que são variáveis, mutáveis pelas ações humanas, pois estas lhe são objeto de deliberação e se relacionam diretamente com sua atividade e função.

Já se sabe que para Aristóteles um homem só desempenha bem a sua função humana, ou seja, de maneira virtuosa excelente, quando exerce bem as duas

²⁰ ARISTÓTELES, *DE ANIMA*, 412b10, 414a4, 415b8

capacidades que lhe foram dadas, quais sejam, a da parte racional calculativa e a da parte irracional desiderativa, pois enquanto uma dessas partes da alma dá início a ação, a outra parte atua moderando, controlando essa mesma ação, assim convém compreender em que consiste a virtude.

A virtude (*areté*) está relacionada com a excelência, com a realização de algo do melhor modo possível, possui excelência, aquele que tem a parte desiderativa da alma operando no seu melhor estado (virtude do caráter), juntamente com a parte calculativa em seu melhor estado (virtude intelectual). Aristóteles, ao conceituar a virtude, demonstrou a necessidade dessa atuação conjunta:

A virtude é, pois, uma disposição de caráter, relacionada com a escolha e consistente numa mediania, isto é, a mediania relativa a nós, a qual é determinada por um princípio racional própria do homem dotado de sabedoria prática. É um meio-termo entre dois vícios, um por excesso e outro por falta; pois que, enquanto os vícios ou vão muito longe ou ficam aquém do que é conveniente no tocante às ações e paixões, a virtude encontra e escolhe o meio-termo.²¹

Enquanto a virtude intelectual gera-se e cresce graças ao ensino, requer experiência e tempo²², a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, nos tornamos perfeitos pelo hábito. Não surge em nós por natureza, por natureza adquirimos a potência e mais tarde exteriorizamos os atos.

Segundo Aristóteles, para se considerar um ato como sendo virtuoso, é necessário o preenchimento de alguns requisitos, em que o agente além de se encontrar em condições de praticar os atos, “1º deve ter conhecimento do que faz; 2º deve escolher os atos, escolhê-los por eles mesmos; 3º sua ação deve proceder de um caráter firme e imutável.”²³

Dos requisitos citados, nota-se que o agente deve ter consciência de sua ação, saber o que está fazendo, deliberar e escolhê-la com desejo de praticá-la, além de ter certa habitualidade em praticar ações similares. Observa-se também, que, a escolha é indispensável à virtude, isto porque, a virtude está relacionada com a capacidade humana de escolher, não uma escolha aleatória ou irrefletida, mas uma escolha diferenciada e consciente, visto que é precedida de deliberação, transformando-se,

²¹ ARISTÓTELES, *EN* 1107 a 1-5

²² ARISTÓTELES, *EN* 1103 a 15

²³ ARISTÓTELES, *EN* 1105 a 30-35

portanto, em uma escolha deliberada, quando o agente tem conhecimento e consciência do que faz.

Na alma humana existem as faculdades, as paixões e as disposições. As faculdades são as coisas em razão das quais se diz que somos capazes de sentirmos as paixões. As paixões são: o apetite, a cólera, o medo, a audácia, a inveja, a alegria, a amizade, o ódio, o desejo, a compaixão, os sentimentos, dentre outros. Já as disposições de caráter são as coisas em razão das quais nossa posição com relação às paixões são boas ou más, suas espécies são o excesso, a carência, e o meio-termo, sendo o excesso e a carência denominados vícios (disposição viciosa), e o meio-termo, a virtude (disposição virtuosa).

A virtude ética ou do caráter, localiza-se na parte irracional desiderativa da alma, e consiste em uma disposição (meio-termo) entre dois vícios, exemplificando: na ação, a coragem (meio-termo) é a virtude entre a confiança (excesso-vício) e o medo (carência-vício), de igual modo, no sentimento de cólera, a calma (meio-termo) é a virtude em relação à pacatez (carência-vício) e a irascibilidade (excesso-vício) e na riqueza a liberalidade (meio-termo) é a virtude entre a prodigalidade (excesso-vício) e a avareza (carência-vício). O meio-termo é, então, consoante Stewart: “aquilo que a razão correta aponta²⁴”. Para o músico, as cordas não devem estar muito apertadas, nem muito soltas, mas sim com o aperto certo, do mesmo modo que o paciente deve receber exatamente o que um médico habilidoso prescreveria – nem mais, nem menos, na medida.

Charles Reeve questiona nesse sentido “como devem ser os nossos desejos e nossas emoções de tal forma que sejam corretos? E, uma vez que eles são alteráveis pelas nossas ações, como estas deveriam ser?”²⁵, ao passo que responde na sequência que deve existir uma relação com a felicidade, constituindo ela a chave, já que ela é algo que todos buscam, além de consistir em uma atividade racional de acordo com a virtude perfeita.

Nossos desejos e emoções serão como devem ser – eles serão ‘corretos’ – quando acontecerem por – e, assim, representarem a boa sorte – aquilo que de fato promove a felicidade. Como apenas as virtudes do caráter garantem que sintamos as coisas certas “no momento certo, em relação às coisas certas, em relação às pessoas certas, com o fim certo e de maneira certa”

²⁴ STEWART, 1892, *Notes on the Nicomachean Ethics of Aristotle*, 1138 b 18

²⁵ REEVE. C.D.C. 2009

(II.6.1106b21-3), veremos corretamente no domínio do acaso apenas se possuímos essas virtudes. É por isso, em resumo, que “a virtude torna correto o objetivo” (VI.12.1144^a8) – ela nos faz ver como promotor da felicidade aquilo que de fato a produz.” (REEVE, 2006, p. 190)

Na parte racional da alma, encontra-se as virtudes intelectuais, tais como a arte, o conhecimento científico, a sabedoria prática, a sabedoria filosófica e a razão intuitiva.²⁶ Para Stewart, “a razão é a faculdade que percebe o ponto exato onde reside o meio moral”²⁷. De acordo com Aristóteles, a virtude é aquela disposição, segundo a qual a verdade é alcançada em sumo grau. Nesse ponto, para esta parte da alma tem-se que a sabedoria prática é apreensão verdadeira, é a reta razão.²⁸ David Ross definiu a sabedoria prática como sendo “a virtude intelectual preocupada em fazer.”²⁹ E faz, de acordo com um fim, um desejo reto, virtuoso. Essa virtude intelectual está presente na parte racional da alma na subparte calculativa.

A sabedoria prática (prudência) é uma disposição da mente que se ocupa com as coisas justas, nobres e boas para o homem em si e em geral, ela versa sobre a variável, se relaciona com a prática, com a experiência, com a ação e com as coisas que podem ser objeto de deliberação. A característica de um indivíduo dotado de sabedoria prática (prudência) é de deliberar bem sobre o que é bom e conveniente no aspecto particular e universal. O indivíduo prudente é capaz de tomar decisões morais corretas, tendo a habilidade de discernir o que é moralmente correto em situações específicas e agindo de acordo com essa compreensão. Daí porque Aristóteles comenta que a boa operação dessa parte da alma, é a concordância do raciocínio verdadeiro com o reto desejo, onde o desejo deve buscar o que afirma o raciocínio para que a escolha seja acertada, pois a virtude não consiste em saber o que deve ser feito ou como deve agir, mas sim em saber e agir, conforme aquilo que se acredita de forma habitual.

Tem-se até aqui, então, que a obra de um homem só é considerada perfeita quando está de acordo com a virtude intelectual da sabedoria prática (prudência) e com a virtude moral (meio-termo), pois, enquanto a virtude moral faz com que o propósito seja reto (com sentimentos e emoções equilibradas), a sabedoria prática faz com que se escolha os devidos meios (para que se tome as melhores decisões e se pratique as

²⁶ ARISTÓTELES, *EN* 1139 b 15

²⁷ STEWART, 1982, *Notes on the Nicomachean Ethics of Aristotle*, 1138 b 18

²⁸ ARISTÓTELES, *EN* 1144 b - 20

²⁹ ROSS, David, 2009, p.15

melhores ações), nessa operação conjunta, a parte desiderativa obedece a parte calculativa, como um filho obedece a um pai, isso é o que a torna eficiente na produção de ações apropriadas.³⁰

3 – A deliberação e sua importância

Pode-se dizer que a deliberação, nessa divisão da alma, representa o aspecto prático da virtude da prudência. Ela exige pesar as razões contrárias, investigar, considerar diferentes alternativas, avaliar possíveis consequências antes de se fazer uma escolha, antes de tomar uma decisão.

Mas como isso ocorre? Como Aristóteles chegou a essa conclusão? Primeiramente, interessante destacar que, de acordo com o comentador Pierre Aubenque, Aristóteles extraiu o termo deliberação da democracia ateniense, mais precisamente do Conselho dos Quinhentos, encarregado de preparar por deliberação prévia as decisões da Assembleia do Povo: O Conselho delibera, o povo escolhe ou, ao menos, ratifica. Daí ele concluiu que “não há decisão sem prévia deliberação, e que a deliberação consigo mesmo, é apenas uma forma interiorizada da deliberação comum³¹” tal como se praticava na Assembleia do povo. Logo, quando ele transportou o referido tema para a individualidade, ele acabou conseguindo demonstrar a importância do uso inteligente da razão, diferenciando com detalhes esta aptidão, da aptidão dos demais seres irracionais.

Ao falar da deliberação, Aristóteles não deu um conceito pronto sobre ela, e ao iniciar seu estudo acerca dessa capacidade, no livro terceiro, ele abriu seu discurso sugerindo que a deliberação é uma análise em torno de coisas a serem feitas pelo próprio agente, e mais adiante, no livro sexto, ele explicou que apesar da deliberação ser uma investigação, ela é diferente, no sentido de não se tratar de uma investigação qualquer, isso porque, algumas coisas não podem ser realizadas por nossos esforços, e tem como objetos coisas impossíveis. Desse modo, ele tão somente limitou-se a apresentar quais são essas coisas objeto de deliberação e quais não são objeto de deliberação.

³⁰ REEVE. C.D.C. 2009, p. 186

³¹ PIERRE AUBENQUE, 2008, p. 180.

De acordo com o filósofo, delibera-se sobre os meios, relativos às coisas que estão à nossa disposição e pode-se fazê-las, coisas estas que nem sempre se realizam da mesma maneira, e embora elas comumente aconteçam do mesmo modo, o seu resultado é obscuro, indeterminado, ou seja, variável³². Os casos utilizados por Aristóteles para ilustrar o que são objeto de deliberação, estão frequentemente relacionados a problemas de tratamento médico, comércio, navegação e artes. Além de tais exemplos, Aristóteles, no livro *A Retórica*, também cita outros principais temas sobre os quais, em sua visão, todos deliberam³³, são eles: as finanças, a guerra e a paz, a defesa nacional, as importações e exportações e a legislação.

A título de exemplo médico, note-se que quando um profissional da medicina receita uma espécie de tratamento a um paciente para tratar uma doença x, ele almeja obter a saúde do paciente, a saúde é o fim e os remédios, tratamentos ou cirurgia são os possíveis meios para se atingir esse fim, e é justamente sobre esses meios que o médico deliberará. No caso em que um paciente possua a doença x, e que, para tratamento de doenças como essa, o médico faça uso de tal e tal medicação rotineiramente e tem seus pacientes curados, pode acontecer de um determinado paciente não corresponder a tal medicação, ou possuir alergia a mesma e, por essa razão, o resultado vir a ser diversa do esperado, situação em que o médico deverá alterar a sua conduta comum com este paciente para que possa atingir o fim almejado.

Pode ocorrer também de mesmo o médico tendo empreendido todo o seu esforço no tratamento do paciente, ser surpreendido por um resultado inesperado, em que o paciente venha a ter complicações ou até mesmo falecer. Em ambas situações o agente deliberará quanto ao meio relativo às coisas perfeitamente possíveis de serem feitas por ele, podendo ser realizadas de modos diferentes, coisas essas que comumente acontecem de uma certa maneira, todavia, tem-se que, em relação ao fim dessas coisas, permeia uma certa obscuridade, pois, apesar desse fim ser plenamente atingível, ele não é intocável, visto que sofre influência da deliberação, de modo positivo ou não.

De acordo com Estagirita, não se delibera sobre os fins, sobre as coisas que não podem ser realizadas por nossos esforços, sobre as coisas que já são determinadas (imutáveis), ou invariáveis como ocorre, por exemplo, com o eterno, com o universo

³² ARISTÓTELES, *EN* 1112b 7-10

³³ ARISTÓTELES, *RETÓRICA*, 1359b

material, com as coisas passadas, com as coisas que acontecem de um modo e de outro, com o sol e as estrelas, com as ciências exatas, com qualquer assunto humano, com os acontecimentos fortuitos, como a descoberta de um tesouro ou de um fóssil³⁴. São vários os exemplos citados pelo filósofo, mas por que não se delibera sobre tais coisas?

Conforme já exposto, de acordo com Aristóteles, há coisas que são invariáveis e imutáveis, ou seja, não sofrem mudanças ou variações, são sempre de determinada maneira e não há nada que o ser humano possa fazer para mudar o curso delas. Isso se dá com as coisas eternas, com os astros, eu não posso, por exemplo, parar o sol porque está me incomodando, razão pela qual, não faz sentido eu deliberar a respeito.

Do mesmo modo, as coisas que se passaram são também imutáveis, intocáveis, visto que, no caso em que alguém já morreu não se pode fazer com que esta pessoa volte à vida, não fazendo sentido, portanto, que eu delibere quanto a isso ou sobre algo que já aconteceu e já foi decidido.

Quanto às coisas que ocorrem de um modo ou de outro, como ocorre com as estações do ano, tratam-se de coisas que são sempre assim, são como são e não há nada que o ser humano possa fazer para alterar o curso das estações. Assim como em relação aos assuntos humanos, tem-se que nem todos são passíveis de deliberação visto que nem sempre é cabível a nós humanos realizarmos algo a respeito ou mudarmos, veja que embora haja deliberação em nosso país, não seria lógico, conforme entendido por Aristóteles, deliberar sobre assuntos que dizem respeito a outro país, dessa maneira exemplificou que nenhum espartano delibera sobre a melhor constituição para os citas³⁵, Michael Pakaluk serviu-se de seu exemplo para também dizer “que não teria sentido para um grupo de americanos se reunirem para *deliberar* sobre quais políticas deveriam ser executadas na Grã-Betanha.” (PAKALUK, 2005, p. 206)

Assim, a deliberação no sistema aristotélico é uma atividade própria do uso da razão, onde o homem calcula, investiga a respeito de coisas que estão a seu alcance fazer, analisando sistematicamente qual o melhor meio, o mais eficaz, para se alcançar o fim previamente escolhido, desejado.

Aubenque observou que: “A deliberação é uma espécie de pesquisa, que diz respeito às coisas humanas. Consiste em procurar os meios para realizar um fim

³⁴ ARISTÓTELES, *EN* 1112b 23-29

³⁵ ARISTÓTELES, *EN* 1112a 25-29

previamente posto. Ela é, pois, a análise regressiva dos meios a partir do fim.³⁶ Ao falar da deliberação, Aristóteles demonstrou que ela não se trata de fórmulas prontas como na matemática, em que a razão científica opera sobre coisas invariáveis, ela refere-se a cálculos sim, mas cálculos diferenciados em que se pesam razões contrárias, que podem se dar de modo diverso e cujo resultado é inexato.

Neste ponto, notamos a importância não só do deliberar em si, como do bem deliberar, pois a deliberação não somente afeta a condição pessoal humana, como a sociedade como um todo. Um país que mal delibera vive na miséria mesmo sendo rico em recursos, arrasta milhares de pessoas em situação de pobreza, um exemplo disso é um governante que delibera em vistas à corrupção, ou um gestor que mal delibera quando da distribuição de renda às áreas necessitadas da sociedade (da saúde, da educação, da segurança, do lazer etc) e, como visto também, um médico que deixa de deliberar ou que mal delibera quanto ao melhor tratamento para seus pacientes, coloca a vida deles em risco.

4 – A boa deliberação e a felicidade

Mas então somente o ato de deliberar basta para se alcançar a felicidade? Atingir um fim qualquer é suficiente para dizer que uma pessoa bem deliberou? Na visão de Aristóteles não, pois o homem pode saber deliberar, saber calcular, investigar, mais usar essa capacidade deliberativa para fins maus³⁷, como por exemplo, para cometer um homicídio, ou para obter um dinheiro ilicitamente.

Não se trata apenas de exercer a capacidade calculativa do agente em si, mas de bem exercer essa capacidade de maneira boa, onde o cálculo deve ser bom, e o fim também deve ser bom. Nesse sentido, o filósofo comentou:

Ora, julga-se que é cunho característico de um homem dotado de sabedoria prática o poder deliberar bem sobre o que é bom e conveniente para ele, não sob um aspecto particular, como por exemplo, sobre as espécies de coisas que contribuem para a saúde e o vigor, mas sobre aquelas que contribuem para a vida boa em geral. Bem mostra o fato de atribuirmos sabedoria prática a um homem, sob um aspecto particular, quando ele calculou bem com vistas em alguma finalidade boa que não se inclui entre aquelas que são objeto de alguma arte.³⁸

³⁶ PIERRE AUBENQUE, 2008, p. 176.

³⁷ ARISTÓTELES, *EN* 1142b 20-30

³⁸ ARISTÓTELES, *EN* 1140a 29-30

O filósofo atribuiu sabedoria prática a Péricles, dizendo que homens como ele percebem o que é bom para si mesmo e para os homens em geral. No caso de um homicida, por exemplo, em que ele investiga a vítima, planeja o crime, calcula o tempo, a forma da morte, o lugar, e executa o chamado “crime perfeito”, sem rastros e com sucesso, vez que conseguiu a morte que pretendia da vítima, nesse caso, não há o que falar sobre boa deliberação e que esse agente vive uma vida feliz, vez que a sua deliberação foi para fins maus.

Mas o que seria esse bem deliberar mencionado pelo filósofo? Almejando identificá-la, no capítulo nove do livro sexto, ele cogitou ser ela uma forma de conhecimento científico, uma opinião, uma habilidade de fazer conjecturas ou alguma outra espécie de coisa, mas rapidamente eliminou as três primeiras possibilidades, fazendo pensar que ela só pode ser a última delas, ou seja, uma outra espécie de coisa, sendo ela a correção.

Para Aristóteles, a natureza da excelência da deliberação não pode ser o *conhecimento científico* porque os homens não investigam as coisas que conhecem, assim como não pode ser a *habilidade de se fazer conjecturas* por implicar suposições e ausência de raciocínio, além dessa habilidade envolver rapidez e a deliberação, em seu entendimento, deve ser feita de forma lenta, refletida, calculada, investigada. Já em relação à possibilidade de ser essa excelência, a *opinião* foi refutada também pelo filósofo, visto que, a seu ver, a opinião já se acha determinada, pois uma vez que ela seja correta, ela será também verdadeira.

Restou à última possibilidade, de a boa deliberação ser outra espécie de coisa, qual seja a *correção*, e tendo em vista a deliberação envolver raciocínio, ele primeiro pensou ser essa boa deliberação a correção do raciocínio, e embora tendo lhe parecido coerente tal possibilidade, concluiu que não podia afirmar isto, já que alguns homens exercem essa capacidade para fins maus e, logo mais adiante, comentou que a boa deliberação se refere a uma espécie de correção sim, mas uma correção no que diz respeito àquilo que conduz ao fim, fim este relacionado com a virtude da sabedoria prática.³⁹

³⁹ ARISTOTELES, *EN* 1142b15-30

Assim, a boa deliberação se parece com o deliberar corretamente⁴⁰ com vistas a um fim bom, de acordo com a virtude, onde o homem que bem delibera deve ser considerado como prudente e dotado de sabedoria prática, sendo capaz de visar o melhor das coisas alcançáveis pela ação.

Tem-se como característica do indivíduo prudente ser ele capaz de deliberar bem sobre o que é bom e proveitosos para si mesmo, não num aspecto parcial e particular, - por exemplo, o que concorre para sua saúde ou vigor - mas o que contribui, na sua vida, para o bem-estar geral. É indicativo disso o fato de também nos referirmos às pessoas como prudentes em algo particular quando são capazes de calcular bem objetivando algum fim bom (que não sejam aqueles da arte).⁴¹

Vê-se, então, que a boa deliberação consiste em deliberar em conformidade com a virtude, é atingir a mesma excelência que atinge um bom homem no desempenho de sua função, qual seja, “a função de um bom homem é uma boa e nobre realização das mesmas; e se qualquer ação é bem realizada quando está de acordo com a excelência que lhe é própria; se realmente assim é, o bem do homem nos parece uma atividade da alma em consonância com a virtude, e, se há mais de uma virtude, com a melhor e mais completa.”⁴² Portanto, a virtude é o objetivo ou fim da boa deliberação, é a correção do fim:

Assim, o fim é o ponto de partida do nosso pensamento, porém a conclusão deste é o ponto de partida da ação. Se, portanto, a razão ou a virtude é a causa de *toda correção*, se não é a primeira que é a causa da correção do fim, então o fim - embora não o que conduz ao fim - será correto devido à virtude.”⁴³

Mas por que a boa deliberação? Vive-se num mundo contingente onde o inesperado é inevitável, e muito embora as ciências práticas ou as técnicas digam na maioria das vezes o que fazer, elas podem falhar e, neste momento, a deliberação nos é exigida⁴⁴. Tal como ocorre na lei, é quando do surgimento de um caso concreto, ou quando a lei é omissa e falha, que o juiz, baseado em cálculos quanto aos fatos, em investigações doutrinárias e jurisprudenciais, deliberará quanto aos meios, com vistas a atingir o fim, que é a justiça. Do mesmo modo na medicina, é quando o paciente está enfermo, ou quando não corresponde mais ao tratamento prescrito pelo médico, ou

⁴⁰ ARISTOTELES, *EN* 1142b17-18

⁴¹ ARISTÓTELES, *EE* 1140a 25-30

⁴² ARISTÓTELES, *EN* 1098a 15

⁴³ ARISTÓTELES, *EE* 1227b 30-35

⁴⁴ REEVE. C.D.C. 2009, p.194

quando o resultado ocorre de modo diverso do corriqueiro, que o médico deliberará quanto aos meios para se atingir o fim, que é a saúde.

Percebe-se que a deliberação, também habitante do campo da contingência, não isenta os indivíduos de possíveis infortúnios, todavia, representa uma espécie de freio à parte da alma irracional humana, sujeitando o indivíduo ao domínio do acaso sim, porém da forma correta. Ela constitui ainda, um meio de “ordenar/controlar” o todo, o mundo, pois sem uma boa deliberação, os homens tão somente obedeceriam a seus impulsos e apetites, como os demais animais irracionais, nada tendo que os distinguíssem, viveriam aleatoriamente sem planos, sem por que, sem ordem, fariam o que quisessem, a hora que quisessem, de qualquer jeito, sem analisar suas ações e decisões, sem pesar os prós e os contras de suas escolhas, conseqüentemente inexistiria um mínimo de ordem e civilização. Para o comentador Pierre Aubenque:

A deliberação representa a via humana, ou seja, mediana, aquela de um homem que não é completamente sábio nem inteiramente ignorante, num mundo que não é nem absolutamente racional, nem absolutamente absurdo, o qual, no entanto, convém ordenar usando as mediações claudicantes que ele nos oferece.” (AUBENQUE, P. 2008, p. 188)

Assim, conclui-se que àquele que almeja a felicidade convém compreender que é impossível alcança-la sem uma boa deliberação. Exercendo bem a nossa capacidade deliberativa, não se erradica, porém, se evita fins desastrosos e infelizes. A deliberação que leva o ser humano à felicidade é aquela com vistas às boas ações, ao bem, onde não só os meios são virtuosos, quanto os fins também são, é aquela, enfim, em conformidade com a virtude perfeita.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARISTOTELES. *Ética a Eudemo*. 1ª ed. São Paulo. Edipro, 2021.

ARISTOTELES. *Ética a Nicomaco*; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.D. Rosá, IV. 1ª ed. São Paulo. Abril Cultural, 1973 (Os Pensadores).

ARISTÓTELES. *Obras Completas. Retórica*. 2ª ed. Lisboa. Imprensa Nacional casa da Moeda. 2005.

AUBENQUE, Pierre. *A Prudência em Aristóteles*. 2ª ed. São Paulo. Paulus, 2008.

KRAUT, Richard. *Aristóteles A Ética a Nicomaco*. 1ª ed. Porto Alegre. Artmed, 2009.

PAKALUK, Michael. *A Ética a Nicomaco*. 1ª ed. Petrópolis. Vozes, 2005.

ROSS, David. *Aristóteles*. Trad. Luis Filipe Bragança S.S. Teixeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

SPINELLI, Priscila Tesch. *A Prudência na Ética Nicomaquéia de Aristóteles*. 1ª ed. São Leopoldo. Unisinos, 2015.

STEWART. J. Alexander. *Nothes on The Nicomachean Ethics*. Oxford: Clarendon Press, 1892.

ZINGANO, Marco. *Estudos de Ética Antiga*. 2ª ed. São Paulo. Paulus, 2009.

ZINGANO, Marco. *Sobre a Ética a Nicomaqueia de Aristóteles*. 1ª ed. São Paulo. Odysseus, 2010.